

Antônio Veloso Peleja Júnior

MINIRREFORMA ELEITORAL

Leis 13.487/2017 e 13.488/2017

**3ª Edição
Revista e Atualizada**

- **Minirreforma Eleitoral: Leis 13.487/2017, 13.488/2017 e 13.165/2015**
- **Emendas Constitucionais 91/2016 e 97/2017**
- **De acordo com as Súmulas do TSE**
- **Temas relevantes do direito eleitoral: *crowdfunding*, *impulsionamento*, *financiamento coletivo*; *fake news*; *voto impresso* e *ADIN*; *candidaturas femininas*: *cotas* e *fundo partidário* destinado ao financiamento das campanhas eleitorais das candidaturas femininas**

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	21
1 MINIRREFORMA ELEITORAL – LEIS 13.487 E 13.488/2017	23
1.1 O DIREITO ELEITORAL E SUAS MODIFICAÇÕES	23
1.2 O <i>STATUS QUO</i> E A NECESSIDADE DE REFORMAS	24
1.3 ALTERAÇÕES DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL	25
1.4 A MINIRREFORMA ELEITORAL PELA LEI 13.165/2015 E AS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.525 E 5.619	27
1.5 ALTERAÇÕES PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 97/2017	30
1.5.1 Autonomia Partidária	30
1.5.2 Vedação da Coligação em Âmbito das Eleições Proporcionais	32
1.5.3 Direito dos Partidos Políticos aos Recursos do Fundo Partidário e Acesso Gratuito ao Rádio e à Televisão: Cláusula de Desempenho	32
1.5.4 Justa Causa da Mudança de Partido por Candidato Eleito por Partido que Não Atendeu aos Requisitos	34
1.6 ALTERAÇÕES DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL: LEIS 13.487/2017 E 13.488/2017	36
1.6.1 Do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)	36
1.6.2 Regulamentação da Criação, Extinção ou Conversão da Fundação ou Instituto de Direito Privado Criado por Partido (Alteração na Lei 9.096/1995)	43
1.6.3 Lapso Temporal Necessário ao Registro do Estatuto Partidário no TSE: Diminuição do Prazo (Alteração na Lei 9.504/1997)	44
1.6.4 Diminuição do Prazo para o Domicílio Eleitoral e Deferimento da Fi- liação Partidária	44
1.6.5 Do Parcelamento das Multas	46
1.6.6 Candidaturas Avulsas	50

1.6.7	Da Proibição da Propaganda Política Paga no Rádio e na Televisão	52
1.6.8	Da Compensação Fiscal às Emissoras de Rádio e Televisão	53
1.6.9	Do Registro dos Estatutos do Partido no TSE: Redução do Prazo.....	54
1.6.10	<i>Crowdfunding</i> ou Financiamento Coletivo ou “Vaquinha na Internet”	54
1.6.10.1	Das regras estabelecidas para o <i>crowdfunding</i>	56
1.6.10.2	Não configuração de propaganda antecipada	60
1.6.11	Impulsionamento ou Patrocínio de Conteúdos.....	61
1.6.12	Nova Hipótese de Dispensa de Comprovação na Prestação de Contas.....	64
1.6.13	Da Propaganda Eleitoral em Bens Públicos e Particulares	65
1.6.13.1	Da colocação de bandeiras e adesivo plástico	65
1.6.13.2	Tipificação criminal da publicação de novos conteúdos ou impulsionamento de conteúdos no dia da eleição e funcionamento de carros de som e minitrios como meio de propaganda eleitoral	69
1.6.14	Participação de Candidatos em Debates e Cláusula de Barreira	71
1.6.15	Propaganda Eleitoral Gratuita no Segundo Turno	72
1.6.16	Inserções na Propaganda Eleitoral Gratuita	72
1.6.17	Propaganda na Internet	73
1.6.17.1	Da vedação à veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, salvo impulsionamento de conteúdo	75
1.6.17.2	Da suspensão do acesso ao conteúdo veiculado que descumprir as normas legais.....	76
1.6.17.3	Da formulação de regras de boa prática na internet.....	77
1.6.17.4	Do direito de resposta.....	77
1.6.18	Da Propaganda Institucional Destinada ao Incentivo à Participação das Minorias	78
1.6.19	Partido Político e Entidade Paraestatal	79
1.6.20	Das Doações a Partidos, os Entes Públicos e as Pessoas Físicas	79
1.7	ALTERAÇÕES NO CÓDIGO ELEITORAL	84
1.7.1	Da Distribuição dos Lugares aos Partidos e Coligações	84
1.7.2	Do Crime de Apropriação Indébita Eleitoral	85
1.7.3	Democracia Contemporânea e Princípio da Igualdade	85
1.7.4	Dos Limites de Gastos nas Campanhas Eleitorais	89
1.7.4.1	Dos limites de gastos nas eleições de 2018 para candidatos a governador e senador: critérios.....	89

1.7.5	Excesso aos Limites de Gastos das Doações de Pessoas Físicas e Recursos Públicos: Consequências	91
1.7.6	Adequação dos Estatutos do Partido à Lei 13.488/2017.....	91
1.8	AÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA E JUSTA CAUSA PARA MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA	91
1.8.1	A Tutela Antecipada – Modalidade Tutela da Evidência	92
2	MINIRREFORMA ELEITORAL – LEI 13.165/2015.....	95
2.1	A MINIRREFORMA ELEITORAL PELA LEI 13.165/2015	95
2.2	AS ALTERAÇÕES EM ESPÉCIE	96
2.2.1	Da Escolha dos Candidatos em Convenções Partidárias: Redução do Prazo de 12 a 30 de Junho do Ano Eleitoral para 20 de Julho a 05 de Agosto	96
2.2.2	Dos Limites para o Registro de Candidatos para as Eleições Proporcionais	97
2.2.2.1	Os reflexos das candidaturas femininas fictícias nos âmbitos processual e material	99
2.2.2.1.1	Os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres.....	99
2.2.2.1.2	A desigualdade entre homens e mulheres no âmbito da participação político-eleitoral.....	100
2.2.2.1.3	Ações eleitorais para o combate à fraude de cota de gênero: aspectos processuais.....	101
2.2.2.1.3.1	Móveis jurídico-processuais	102
2.2.2.1.3.2	A desconstituição do DRAP e a natureza do litisconsórcio	106
2.2.2.1.3.3	Da desconstituição do DRAP ou da cassação individualizada do registro ou do diploma: litisconsórcio facultativo.....	108
2.2.2.1.3.4	Efeitos da decisão em caso de fraude: o DRAP e os registros de candidatura	110
2.2.2.1.3.5	Nulidade dos votos e eventual reatualização.....	113
2.2.3	Alteração do Prazo para o Registro dos Candidatos e da Contagem do Prazo da Idade Mínima para o Cargo de Vereador.....	121

2.2.4	Flexibilização da Duração Razoável do Processo.....	122
2.2.5	Da Fixação dos Limites de Gastos de Campanha: pelo Tribunal Superior Eleitoral	123
2.2.6	A Administração Financeira da Campanha pelo Candidato e as Doações Exclusivamente por Pessoas Físicas	125
2.2.7	Pedido de Abertura de Conta Bancária e Inscrição no CNPJ: Exclução do Comitê Financeiro e Atos Correlatos, de Forma que os Atos Serão Realizados pelos Candidatos.....	130
2.2.8	Doações e Limites de Gastos	131
2.2.9	Recursos Provenientes de Fontes Vedadas e Fiscalização das Receitas...	132
2.2.10	Prestação de Contas e Doações Ocultas (Vedadas pelo STF).....	133
2.2.11	Aumento do Prazo para a Remessa da Prestação de Contas	138
2.2.12	Aumento do Prazo para o Julgamento das Contas dos Candidatos: Até 03 Dias Antes da Diplomação	138
2.2.13	Da Propaganda Eleitoral	139
2.2.13.1	Redução do prazo da propaganda e aumento dos nomes dos candidatos a vice ou a suplentes de senador nas propagandas aos cargos majoritários	139
2.2.13.2	Alargamento da possibilidade de propaganda antecipada	140
2.2.13.3	Restrição à propaganda em bens públicos e particulares.....	141
2.2.13.4	Definição do que se considera “carro de som”: inclusive os veículos não motorizados ou tracionados por animais	142
2.2.13.5	Vedações à apresentação de programas por pré-candidatos	142
2.2.13.6	“Cláusula de desempenho” para a participação de candidatos em debates	143
2.2.13.7	Novas regras para propaganda eleitoral gratuita.....	144
2.2.13.8	Modificação dos prazos para a propaganda eleitoral gratuita (inserções).....	152
2.2.13.9	Modificação do prazo para a propaganda via internet: após 5 de julho para após 15 de agosto	154
2.2.13.10	Direito de resposta: disciplina do prazo para os casos de ofensa proferida via internet	154
2.2.14	O Registro Impresso do Voto Eletrônico	155
2.2.15	Realização de Despesas com Publicidade: Vedação de Condutas aos Agentes Públicos no Ano Eleitoral	156
2.2.16	Alteração nas Regras para o TSE Requisitar das Emissões de Rádio e Televisão Espaço para a Divulgação de Comunicados, Boletins e Inscrições.....	156

2.3	ASPECTOS PROCESSUAIS	157
2.3.1	Exclusão da Possibilidade das Sanções Aplicadas ao Candidato Serem Extensíveis aos Partidos Políticos	157
2.3.2	Intimação dos Advogados dos Candidatos, Partidos ou Coligações nos Tribunais Regionais Eleitorais: Via Página do Tribunal na Internet.....	158
2.3.3	Reunião de Ações Eleitorais Propostas por Partes Diversas Sobre o Mesmo Fato: Competência do Juiz ou Relator que Tiver Recebido a Primeira	159
2.3.3.1	A conexão e o art. 96-b, Lei 9.504/1997	159
2.3.3.2	Requisito implícito: observância da competência	160
2.3.3.3	Conflito aparente entre os §§ 1º e 2º	160
2.3.3.3.1	Requisitos essenciais para a aplicação da regra do § 2º: a competência e a inexistência de coisa julgada.....	161
2.3.3.4	O litisconsórcio e o art. 96-b, § 2º, Lei 9.504/1997.....	161
2.3.3.5	Natureza jurídica do litisconsórcio imposto pela lei	163
2.3.3.6	A coisa julgada em sua dúlice função “positiva-negativa” ...	164
2.3.4	Dispõe Acerca da Contratação de Pessoal para Prestação de Serviços nas Campanhas Eleitorais: Não Gera Vínculo Empregatício.....	165
2.3.5	Prestação de Contas e Não Obrigatoriedade de Discriminação Nominal das Pessoas Contratadas para as Atividades de Campanha.....	166
2.4	ALTERAÇÕES NA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS – LEI 9.096/1995.....	167
2.4.1	Criação de Partidos e Limite Temporal	167
2.4.2	Alteração das Regras da Fidelidade Partidária	168
2.4.2.1	Aspectos processuais relacionados à perda do mandato por infidelidade partidária	168
2.4.3	Alteração nas Normas Relativas à Prestação de Contas	172
2.4.4	Supressão dos Comitês Financeiros e o Desaparecimento da Obrigatoriedade da Fiscalização da Escrituração Contábil dos Partidos	175
2.4.5	Relativização da Prestação de Contas.....	176
2.4.6	Mecanismos de Doações de Recursos Financeiros.....	181
2.4.7	A Distribuição de Percentual do Fundo Partidário: a Inviabilização do Funcionamento e do Desenvolvimento das Novas Agremiações.....	181
2.4.8	Distribuição de Recursos do Fundo Partidário: Incentivo à Participação das Mulheres na Política	187

2.5	ALTERAÇÕES NA LEI 4.737/1965 (CÓDIGO ELEITORAL).....	188
2.5.1	Quitação Eleitoral e Obtenção de Passaporte.....	188
2.5.2	Impedimento Imposto ao Cônjuge ou Parente Consanguíneo ou Afim, Até o 2º Grau, de Candidato a Cargo Eletivo Registrado na Circunscrição, para Servir como Juiz de Tribunal Eleitoral ou Juiz Eleitoral	189
2.5.3	Quórum para o Julgamento de Ações cujo Objeto é Cassação de Registro, Anulação Geral de Eleições ou Perda de Diploma.....	189
2.5.4	Prorrogação do Término do Prazo para o Requerimento de Registro de Candidato; Modificação do Prazo para o Julgamento da Impugnação aos Registros de Candidatura; Novo Prazo para a Realização de Convenções Partidárias	191
2.5.5	Cláusula de Desempenho Individual nas Eleições Proporcionais	192
2.5.6	As Normas para a Distribuição dos Lugares Não Preenchidos pela Aplicação do Quociente Partidário	192
2.5.7	Decisões da Justiça Eleitoral e Realização de Novas Eleições	193
2.5.8	Do Voto em Trânsito e Membros das “Forças de Segurança” em Apoio às Eleições.....	194
2.5.9	Fixação de Novo Prazo para a Propaganda Eleitoral	196
2.5.10	Exceção à Regra da Eficácia Imediata dos Recursos Eleitorais, em Determinados Casos.....	196
2.5.11	Hierarquia nas Provas?: e Exclusão da Prova Testemunhal Singular	197
2.5.12	Dos Incentivos à Participação das Mulheres na Política	198
2.5.13	Suspensão da Imunidade Tributária dos Partidos.....	199
	REFERÊNCIAS.....	201
	ÍNDICE REMISSIVO	205